



DOI: <https://doi.org/10.58871/conimaps2025.c76>

**TERRITÓRIOS DA RESISTÊNCIA E VIDA: AGRICULTURA FAMILIAR
QUILOMBOLA SAÚDE E BIODIVERSIDADE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA**

**TERRITORIES OF RESISTANCE AND LIFE: QUILOMBOLA FAMILY FARMING,
HEALTH, AND BIODIVERSITY IN PRIMARY CARE**

SERNANDES RODRIGUES DA SILVA

Enfermeiro pela UNIFACEMA, Especialista em Práticas Integrativas e Complementares pela UNINTER; Secretaria Municipal de Saúde de Caxias, Maranhão

JOSÉ JACIEL FERREIRA DOS SANTOS

Especialista em Educação do Campo (FAVENI), Engenheiro Agrônomo (UFCG); Professor de Técnicas Agrícolas da SEMECT de Caxias, Maranhão.

JEVERSON RENATO MORAES BRITO

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Maranhão - CESC/UEMA; Especialista em Educação e Ensino de Ciências pelo IFMA. Professor da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMECT, Caxias, Maranhão.

ELVIO DA SILVA RODRIGUES

Mestre em Ciências da Educação; Professor de Técnicas Agrícolas da SEMECT de Caxias, Maranhão.

FLAVIO ROBERTO LIMA CALDAS

Especialista em Educação Ambiental e Gestão Participativa de Recursos Hídricos; Professor de Técnicas Agrícolas da SEMECT de Caxias, Maranhão.

ISANICE NEVES E SILVA

Pedagoga, Especialista em Gestão, Supervisão e Currículo Institucional; Supervisora da Secretaria Municipal de Atividades Produtivas e Inspeção Animal de Caxias, Maranhão.

IGOR DE SOUSA COUTINHO CAMPOS

Pedagogo. Especialista em Gestão Educacional: direção, coordenação e supervisão. Especialista em Educação Especial e Inclusiva; Professor da SEMECT – Caxias, Maranhão.

CAROLINE BANDEIRA DE SOUSA

Graduada em Pedagogia, especialista em Gestão e Supervisão Escolar / Docência do Ensino Superior; Coordenadora de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. Caxias, Maranhão.

LUCIANA ANDRÉA DA COSTA SOARES

Formada em Engenharia Agrônoma (UFPI), possui pós-graduação em Genética (UEMA), MBA em Agronegócios pela USP/ESALQ e mestrado em Produção Vegetal (UFPI); Secretária Municipal de Atividades Produtivas e Inspeção Animal de Caxias, Maranhão.

MICHEL DOUGLAS SANTOS RIBEIRO

Doutorando em Fitotecnia pela UFRuralRJ



Mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal do Ceará
Especialista em Agricultura orgânica pela FAVENI
Engenheiro agrônomo pela UFCG

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o papel da agricultura familiar quilombola na promoção da saúde e da conservação da biodiversidade, com foco na atenção primária em territórios tradicionais. A metodologia adotada consistiu em revisão bibliográfica de artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, documentos institucionais e análise de experiências em comunidades quilombolas de diferentes regiões do Brasil. Os resultados indicam que os modos de vida quilombolas, baseados em práticas agroecológicas e saberes ancestrais, contribuem significativamente para a segurança alimentar, a proteção ambiental e o fortalecimento da saúde coletiva. A discussão evidencia que a invisibilidade histórica dessas comunidades nos sistemas de saúde e nas políticas públicas ainda representa um obstáculo à equidade étnico-racial. As considerações finais apontam para a urgência de políticas intersetoriais que reconheçam os territórios quilombolas como espaços estratégicos de cuidado, resistência e preservação da vida.

Palavras-chave: quilombolas; saúde coletiva; biodiversidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of quilombola family farming in promoting health and biodiversity conservation, with a focus on primary care in traditional territories. The methodology involved a literature review of scientific articles published between 2020 and 2025, institutional documents, and analysis of experiences in quilombola communities across different regions of Brazil. The results show that quilombola ways of life, based on agroecological practices and ancestral knowledge, significantly contribute to food security, environmental protection, and the strengthening of collective health. The discussion highlights that the historical invisibility of these communities in health systems and public policies remains a barrier to ethno-racial equity. Final considerations point to the urgency of intersectoral policies that recognize quilombola territories as strategic spaces for care, resistance, and the preservation of life.

Keywords: quilombola communities; collective health; biodiversity.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas representam territórios de resistência, memória e vida, formadas por descendentes de africanos escravizados que mantêm práticas culturais, sociais e produtivas próprias. Essas comunidades enfrentam desafios históricos de invisibilidade, exclusão e vulnerabilidade social, especialmente no acesso à saúde, à terra e à alimentação adequada (AGÊNCIA GOV, 2024).

A agricultura familiar quilombola é marcada por práticas agroecológicas, saberes tradicionais e manejo sustentável dos recursos naturais. Esses modos de produção não apenas



garantem a subsistência das famílias, mas também contribuem para a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas (ECAM, 2022).

A atenção primária à saúde (APS), por sua abordagem territorial e comunitária, é o espaço ideal para integrar ações de promoção da saúde com os saberes e práticas quilombolas. No entanto, a ausência de políticas públicas específicas e a falta de reconhecimento institucional ainda limitam essa articulação (MDA, 2024).

Este estudo parte da hipótese de que a valorização da agricultura familiar quilombola na APS pode fortalecer a segurança alimentar, a saúde coletiva e a preservação ambiental. O objetivo é analisar experiências que evidenciem essa integração e discutir os desafios e potencialidades envolvidas.

A agricultura familiar quilombola é mais do que uma prática produtiva — é uma expressão de resistência cultural e ambiental. Em diversos territórios, essas comunidades mantêm sistemas agrícolas tradicionais que respeitam os ciclos da natureza, preservam sementes crioulas e garantem a soberania alimentar. Segundo ECAM e CONAQ (2022), esses modos de vida contribuem diretamente para a mitigação das mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade, sendo reconhecidos como estratégias sustentáveis de enfrentamento à crise ambiental.

Estudos recentes apontam que 87% das áreas quilombolas são compostas por remanescentes de vegetação nativa, e mais de 50 territórios estão classificados como prioritários para conservação ambiental (ECAM; CONAQ, 2022). Essa realidade evidencia o papel estratégico das comunidades quilombolas na proteção dos biomas brasileiros, especialmente em regiões como o Cerrado, a Caatinga e a Amazônia Legal. A biodiversidade presente nesses territórios não é apenas um recurso natural, mas parte integrante da identidade e dos saberes ancestrais dessas populações.

A invisibilidade histórica das comunidades quilombolas nos sistemas de saúde e nas políticas públicas tem gerado desigualdades persistentes. A falta de acesso a serviços básicos, como saneamento, educação e atenção à saúde, compromete o bem-estar dessas populações. A agricultura familiar quilombola, embora essencial para a segurança alimentar, é frequentemente ignorada nos planejamentos institucionais (REVISTA INFORMAÇÃO EM CULTURA, 2025).

A atenção primária à saúde (APS), por sua abordagem territorial e comunitária, tem potencial para incorporar os saberes quilombolas em suas práticas. No entanto, essa integração exige políticas intersetoriais que reconheçam as especificidades étnico-raciais e culturais dessas comunidades. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem ampliado suas ações



desde 2023, com programas voltados à autonomia produtiva e à valorização da cultura quilombola, incluindo a retomada da Mesa Nacional de Regularização Fundiária Quilombola (AGÊNCIA GOV, 2024).

A relação entre saúde e território é central para compreender os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas. A ausência de políticas públicas que articulem saúde, alimentação e meio ambiente perpetua ciclos de vulnerabilidade. A agricultura familiar quilombola, ao promover alimentos saudáveis e práticas sustentáveis, pode ser integrada às estratégias da APS como ferramenta de cuidado e promoção da saúde (ECAM; CONAQ, 2022).

Além disso, os impactos das mudanças climáticas têm sido sentidos de forma intensa nos territórios quilombolas. A alteração dos ciclos de chuva, o aumento das secas e a especulação sobre o mercado de carbono são ameaças reais à soberania alimentar dessas comunidades. A percepção quilombola sobre esses fenômenos revela uma consciência ambiental profunda, construída a partir da vivência e da oralidade, que precisa ser valorizada nas políticas públicas (REVISTA INFORMAÇÃO EM CULTURA, 2025).

Portanto, reconhecer os territórios quilombolas como espaços de vida, saúde e biodiversidade é um passo fundamental para a construção de políticas públicas mais justas e eficazes. A integração da agricultura familiar quilombola à atenção primária à saúde não é apenas uma estratégia técnica — é um ato político de reparação histórica, valorização cultural e preservação ambiental (AGÊNCIA GOV, 2024).

A pesquisa foi realizada entre março e julho de 2025, com delimitação em comunidades quilombolas do Maranhão, Bahia e Goiás. A metodologia incluiu revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de experiências comunitárias.

A escolha do tema se justifica pela urgência de incorporar a perspectiva étnico-racial nas políticas de saúde e alimentação, reconhecendo os territórios quilombolas como espaços estratégicos de cuidado e sustentabilidade.

A relevância do estudo reside na possibilidade de contribuir para o fortalecimento de políticas intersetoriais que promovam equidade, justiça social e respeito à diversidade cultural e ambiental.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. Foram analisados artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis nas bases SciELO, Google Scholar e BVS, utilizando os descritores: “quilombolas”, “agricultura familiar”, “atenção primária à saúde” e “biodiversidade”.



Também foram consultados documentos institucionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

A análise incluiu experiências em três comunidades quilombolas: Mesquita (GO), Alcântara (MA) e Iúna (BA), que implementaram práticas agroecológicas articuladas com ações de saúde comunitária.

Por tratar-se de análise de dados secundários, sem identificação de sujeitos, não foi necessário parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016).

Os dados foram organizados por eixo temático e analisados com base na técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), permitindo identificar padrões e singularidades nas práticas observadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a agricultura familiar quilombola, baseada em sistemas agroecológicos e extrativistas, promove alimentação saudável, preservação ambiental e fortalecimento da autonomia comunitária.

Em Mesquita (GO), práticas de cultivo tradicional associadas à fitoterapia foram incorporadas às ações da equipe de saúde da família, promovendo cuidado integral e valorização dos saberes locais.

Em Alcântara (MA), a produção de alimentos orgânicos em quintais agroecológicos contribuiu para a redução de casos de desnutrição infantil e fortalecimento da soberania alimentar.

Em Iúna (BA), a articulação entre lideranças quilombolas e agentes comunitários de saúde resultou na criação de hortas coletivas e oficinas de educação alimentar, com impacto direto na saúde das mulheres e crianças.

A discussão aponta que, apesar dos avanços, persistem desafios como a falta de reconhecimento institucional, a escassez de recursos e a ausência de formação específica para profissionais da saúde sobre questões étnico-raciais.



A biodiversidade presente nos territórios quilombolas, com predominância de vegetação nativa e espécies medicinais, é um ativo estratégico para a saúde e o meio ambiente. Segundo ECAM (2022), 87% das áreas quilombolas são compostas por remanescentes de vegetação nativa, sendo 50 territórios classificados como prioritários para conservação.

A análise das experiências em comunidades quilombolas revelou que a agricultura familiar tradicional, baseada em práticas agroecológicas e saberes ancestrais, desempenha papel central na promoção da saúde coletiva e na conservação da biodiversidade. Em territórios como Mesquita (GO), Alcântara (MA) e Iúna (BA), observou-se que o cultivo de alimentos orgânicos e o uso de plantas medicinais estão diretamente associados à melhoria dos indicadores de saúde e à autonomia alimentar das famílias (ECAM; CONAQ, 2022).

Em Mesquita, por exemplo, a produção agroecológica foi integrada às ações da equipe de saúde da família, que passou a utilizar plantas nativas em práticas de fitoterapia comunitária. Essa articulação entre saber tradicional e atenção primária à saúde fortaleceu o vínculo entre os profissionais de saúde e os moradores, promovendo cuidado integral e culturalmente sensível (ECAM; CONAQ, 2022).

Já em Alcântara, a criação de hortas comunitárias e quintais produtivos contribuiu para a redução da desnutrição infantil e o aumento do consumo de alimentos frescos. A iniciativa foi articulada com oficinas de educação alimentar e nutricional, realizadas por agentes comunitários de saúde em parceria com lideranças quilombolas. Segundo a Revista Informação em Cultura, essas ações demonstram o potencial da agricultura familiar quilombola como ferramenta de promoção da saúde.

A biodiversidade presente nos territórios quilombolas também se destacou como um ativo estratégico. Estudos apontam que 87% dessas áreas são compostas por vegetação nativa, e mais de 50 territórios estão classificados como prioritários para conservação ambiental. Essa riqueza ecológica, aliada ao manejo sustentável praticado pelas comunidades, contribui para a redução das emissões de gases do efeito estufa e para a proteção dos recursos hídricos.

A percepção das mudanças climáticas pelas comunidades quilombolas foi outro ponto relevante. Os moradores relataram alterações nos ciclos de chuva, aumento das secas e impactos diretos na produção agrícola. Essa vivência, registrada em rodas de conversa e diagnósticos participativos, revela uma consciência ambiental profunda e uma capacidade de adaptação baseada em saberes tradicionais (ECAM; CONAQ, 2022).



No campo das políticas públicas, os avanços recentes promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foram reconhecidos pelas comunidades como passos importantes, mas ainda insuficientes. A retomada da Mesa Nacional de Regularização Fundiária Quilombola e a entrega de títulos de domínio representam conquistas históricas, mas a efetiva integração entre saúde, alimentação e território ainda carece de maior institucionalização (AGÊNCIA GOV, 2024).

A discussão também evidenciou a ausência de formação específica dos profissionais da atenção primária sobre questões étnico-raciais e culturais. Muitos agentes de saúde relataram dificuldades em dialogar com os saberes quilombolas, o que limita a construção de práticas de cuidado integradas e respeitadas. A inclusão de conteúdos sobre saúde da população negra nos currículos da formação em saúde é apontada como medida urgente.

Outro desafio identificado foi a logística de distribuição dos alimentos produzidos pelas comunidades. A falta de infraestrutura, como estradas e armazenamento adequado, compromete a comercialização e o abastecimento das unidades de saúde e escolas. A criação de circuitos curtos de comercialização e o fortalecimento das cooperativas quilombolas são estratégias recomendadas para superar essas barreiras.

Apesar dos obstáculos, os resultados demonstram que a integração entre agricultura familiar quilombola e atenção primária à saúde é viável e eficaz. As experiências analisadas revelam impactos positivos na saúde, na segurança alimentar e na preservação ambiental, reforçando a importância de políticas intersetoriais que reconheçam os territórios quilombolas como espaços estratégicos de cuidado e sustentabilidade.

Por fim, os achados da pesquisa apontam para a necessidade de ampliar o diálogo entre os setores da saúde, da agricultura e do meio ambiente, com participação ativa das comunidades quilombolas na construção das políticas públicas. A valorização dos saberes ancestrais, a proteção dos territórios e o fortalecimento da produção local são caminhos para a promoção da equidade, da justiça social e da saúde coletiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que os territórios quilombolas são espaços de resistência, cuidado e preservação da vida. A agricultura familiar quilombola, articulada à atenção primária



à saúde, contribui para a promoção da saúde coletiva, a segurança alimentar e a conservação da biodiversidade.

A invisibilidade histórica dessas comunidades nos sistemas de saúde e nas políticas públicas representa um obstáculo à equidade. É urgente reconhecer os saberes quilombolas como parte legítima das estratégias de cuidado e sustentabilidade.

Como limitação, destaca-se a ausência de dados primários e entrevistas com os sujeitos envolvidos. Recomenda-se que futuras pesquisas adotem metodologias participativas e ampliem o escopo geográfico.

A valorização dos territórios quilombolas como espaços de vida e saúde é essencial para a construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. Programas e ações do MDA fortalecem autonomia e cultura das comunidades quilombolas. Brasília: Agência Gov, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202411/programas-e-acoes-do-mda-fortalecem-autonomia-e-cultura-das-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 24 maio 2016.

ECAM; CONAQ. *Boas práticas da agricultura familiar quilombola e a relação com a mitigação das mudanças climáticas*. Brasília: ECAM, 2022. Disponível em: <https://ecam.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Jornal-da-Agricultura-Familiar-Quilombola-Edição-Especial.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

REVISTA INFORMAÇÃO EM CULTURA. *Agricultura familiar em comunidades quilombolas do Brasil: uma revisão sistemática da literatura*. v. 7, 2025. Disponível em: [\[https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/pt_BR/article/view/14039\]](https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/pt_BR/article/view/14039)(<https://periodicos.ufersa.edu.b>